

O Candomblé e a Umbanda como formas de resistência da identidade cultural negra no Brasil.

Giulliano Placeres, Breno Minelli Batista y Fernando Augusto De Souza Guimarães.

Cita:

Giulliano Placeres, Breno Minelli Batista y Fernando Augusto De Souza Guimarães (2017). *O Candomblé e a Umbanda como formas de resistência da identidade cultural negra no Brasil*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3562>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O candomblé e a umbanda como formas de resistência da identidade cultural negra no Brasil

Giulliano Placeres¹

giulliano14@hotmail.com

UFSCar

Brasil

Breno Minelli Batista²

breno_minelli@hotmail.com

UFSCar

Brasil

Fernando Augusto de Souza Guimarães³

fasgui@gmail.com

UFSCar

Brasil

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia na Universidade Federal de São Carlos e bolsista FAPESP.

2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia na Universidade Federal de São Carlos.

3 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia na Universidade Federal de São Carlos e bolsista FAPESP.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir aspectos da resistência do Candomblé e da Umbanda a partir do processo de afirmação da identidade dos negros no Brasil. Ambas as religiões têm representado ao longo de suas histórias uma espécie de resistência cultural. Primeiro com os africanos que enfrentaram a escravidão e os mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã, e atualmente, com os negros e mestiços que enfrentam a marginalização de afrodescendentes advinda desse processo. O texto parte da análise de um episódio específico de intolerância e racismo na cidade de São Carlos-SP, quando uma carta anônima contendo graves ameaças foi deixada em frente a uma casa de candomblé dedicada a Oxalá. Posteriormente, analisa-se a relação entre racismo e intolerância religiosa como mecanismo de subalternização de negros e mestiços e a interpretação das práticas religiosas enquanto posicionamentos políticos de resistência cultural.

Palavras-chave

Religiões afro-brasileiras, intolerância, racismo.

ABSTRACT

This article aims to discuss aspects of the resistance of Candomblé and Umbanda from the process of affirming the identity of black people in Brazil. Both religions have represented throughout their histories a kind of cultural resistance. First with the Africans who faced slavery and the mechanisms of domination of the white and Christian society, and today, with the black people and mestizos that face the marginalization of Afrodescendants coming from that process. The text starts from the analysis of a specific episode of intolerance and racism in the city of São Carlos, when an anonymous letter containing grave threats was left in front of a candomblé house dedicated to Oxalá. Subsequently, the relationship between racism and religious intolerance is analyzed as a mechanism of subalternization of blacks and mestizos and the interpretation of religious practices as political positions of cultural resistance.

Keywords

Afro-Brazilian religions, intolerance, racism.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

“*Famílias de macacos vão embora com seus demônios*”⁴, essa frase foi utilizada na carta entregue a Ilê Asê Osalá, uma casa de energias dedicadas ao Orixá Oxalá na cidade de São Carlos-SP. Dentre o conteúdo da carta, houve não apenas a exposição do racismo por meio da consideração dos negros como macacos como também a demonização do candomblé junto de uma ameaça de morte aos frequentadores da casa. Esse caso emblemático ocorrido no município do interior paulista em novembro de 2016, evidencia o racismo presente na sociedade brasileira, e mais ainda, a maneira como este se estende a episódios de intolerância religiosa. A intolerância, o preconceito e a discriminação são cotidianamente reproduzidos no seio de nossa sociedade a partir de uma hierarquização de culturas e corpos. Tal inferioridade é processada em diferentes chaves, sendo a religiosa, a econômica e a corporal as mais usuais (SILVA; RIBEIRO, 2007).

Contudo, o que vem a ser tolerância?

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), tolerância consiste em respeito, aceitação e apreço da riqueza e diversidade cultural. Não é uma concessão nem indulgência, mas é antes uma atitude ativa fundamentada no reconhecimento dos direitos universais e das liberdades fundamentais dos indivíduos (SANTOS et al., 2016). Portanto, é papel fundamental do Estado a garantia da justiça e da imparcialidade nas questões legislativas, produção e aplicação das leis. No caso brasileiro, embora a Carta Constitucional de 1988 assegure a liberdade religiosa e de expressão, condenando criminalmente atos de intolerância de qualquer tipo, os dados levantados pelo Ministério dos Direitos Humanos por meio do “Disque direitos humanos”, Disque 100, indicam que estamos longe de constituirmos uma sociedade igualitária e tolerante.

TABELA 1– Número de denúncias de intolerância religiosa e porcentagem de aumento de 2011 a 2015.

⁴ A reportagem que expõem o fato e o conteúdo da carta pode ser conferida em: <https://jornalistaslivres.org/2016/12/o-racismo-nao-bateu-porta-mas-entregou-uma-carta/> Acesso em: 20 out. 2017



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

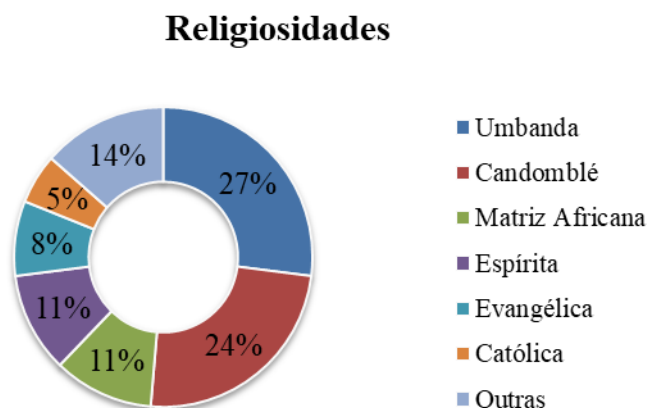
La sociología en tiempos de cambio

Ano	Denúncias	Aumento
2011	15	0%
2012	109	627%
2013	231	112%
2014	149	- 35%
2015	556	273%
2016	759	37%
Total	1819	4960%

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Segundo os dados, o número de denúncias de intolerância religiosa desde sua implementação em 2011 segue crescente. Partindo de 15 denúncias para 759, um aumento de 4.960%. Dentre a composição das crenças das vítimas, com relação ao ano de 2016 os dados demonstram que as religiões de matriz africana, principalmente o candomblé e a umbanda, são as mais atacadas. Conforme pode ser aferido no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Religiosidades discriminadas nas denúncias de 2016



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

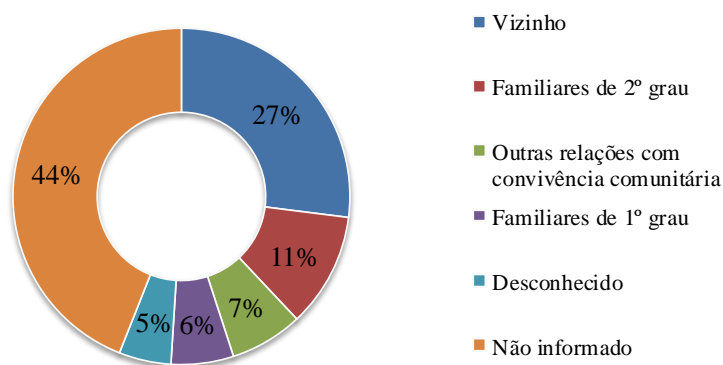
Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

De fato, a intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras é evidente, entretanto os dados de 2016 revelam ainda a relação entre suspeito e vítima, (gráfico 2) e os locais mais comuns dos episódios de violência (gráfico 3).

GRÁFICO 2 – Relação entre suspeito e vítima

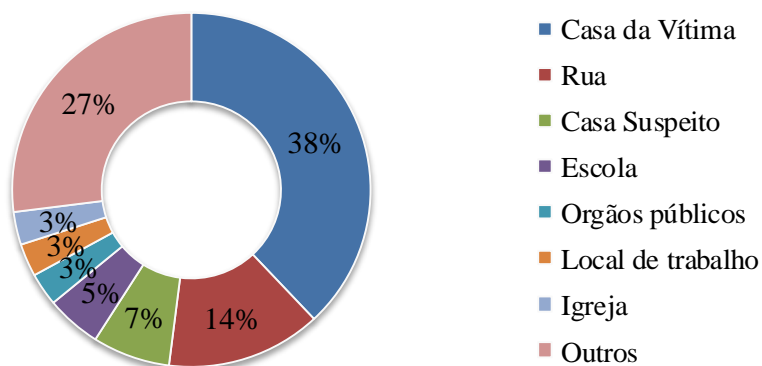
Relação Suspeito - Vítima



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

GRÁFICO 3 – Local da Discriminação

Local de discriminação



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

De acordo com os gráficos 2 e 3, os agressores mais comuns são conhecidos das vítimas – vizinhos e familiares, e os episódios de discriminação ocorrem principalmente na casa da vítima e na rua. Não obstante, ressalta-se que as vítimas não são obrigadas a detalhar tais circunstâncias, assim os dados são referentes apenas a parte das denúncias, já que em todos os indicadores houve omissão de resposta por parte das vítimas. Além disso, é preciso considerar o fato de que as denúncias visam ações por parte das autoridades legais contra os agressores, sendo assim, os casos onde a vítima não conhece o agressor e nem os locais da agressão poderiam estar sub-representados, já que nessas circunstâncias há dificuldade por parte das autoridades em tomar ações cabíveis aos casos, poderia levar a baixa notificação de denúncias desse tipo.

Com relação ao perfil das vítimas, dentre os dados informados sobre gênero⁵ e raça/cor⁶, infere-se quanto a gênero: 33% se identificaram como masculino e 46% como feminino. No que tange a raça/cor: 36% se identificaram como pretos e pardos frente a 26% que se afirmaram brancos.

TABELA 2 – Número de denúncias nos Estados de RJ, SP, MG e do Sul em 2016.

Ano	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rio de Janeiro	3	20%	18	16,51%	39	16,88%	39	26,17%	36	6,47%	79	10,41%
São Paulo	3	20%	19	17,43%	50	21,65%	29	19,46%	37	6,65%	105	13,50%
Minas Gerais	0	0	7	6,42%	17	7,36%	11	7,38%	29	5,22%	29	3,82%
Paraná	2	13,33%	5	4,59%	10	4,33%	5	3,36%	10	1,80%	14	1,84%
Santa Catarina	1	6,67%	3	2,75%	4	1,73%	3	2,01%	3	0,54%	7	0,92%
Rio Grande do Sul	0	0	4	3,67%	10	4,33%	2	2,68%	12	2,16%	12	1,58%

⁵ Segundo os dados apresentados pelo Ministério dos Direitos Humanos se classifica gênero em duas categorias: masculino e feminino. Contudo, como parte das denúncias envolvem agressões à população LGBT, tem-se um indicador de identidade de gênero/orientação sexual.

⁶ Usou-se a mesma terminologia do Ministério dos Direitos Humanos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os dados da Tabela 2 permitem compreender a distribuição das denúncias nos Estados Federativos da União. Durante o período de 2011 a 2014 as ocorrências somadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, corresponderam a mais da metade dos números levantados. Já nos anos de 2015 e 2016 as denúncias nesses estados corresponderam a cerca de um terço do total. Com exceção do ano de 2011, que por ter sido o primeiro de implementação das denúncias de intolerância religiosa, contou com uma quantidade muito baixa de denúncias – apenas 9 de um total de 15, os números se mantiveram em um patamar estável. Ainda é preciso destacar igualmente com relação aos dados: no período de 2011 a 2014 os dados não aferidos foram poucos em relação ao total, o que não ocorreu nos anos de 2015 e 2016 quando somaram respectivamente 63% e 47% do total. Portanto, a diminuição percentual dos casos nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, não indicam diminuição no número absoluto das denúncias, já que esses aumentaram ao invés de diminuírem.

Ainda segundo os dados levantados pelo Ministério dos Direitos Humanos são necessários algumas ressalvas: I) Os dados sobre intolerância religiosa aparecem como uma subcategoria de ‘Outras Violações’, assim do total de 133.061 denúncias registradas no ano 2016, apenas 7.247 são classificadas como ‘Outras Violações’, portanto as denúncias de intolerância religiosa correspondem à aproximadamente 10% destas. II) Os dados aferem o número de denúncias e não refletem a violência, já que embora o Disque 100 funcione desde 2003, foi apenas em 2011 que os casos de intolerância religiosa puderam ser denunciados. III) As vítimas não são obrigadas a autodeclararem sua religiosidade, raça/cor, gênero ou idade, segundo os dados a maioria delas não respondem a tais questões, portanto estes são considerados como parâmetros ilustrativos da realidade e não indicadores fiéis da mesma.

Em suma, conclui-se, segundo os dados, que as vítimas de intolerância religiosa adeptos de religiões afro-brasileiras compõem 62% do total, sendo na maioria dos casos, os suspeitos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

conhecidos de suas vítimas: vizinhos e familiares equivalem a 44% dos suspeitos⁷. Para além, esses casos de violência ocorrem principalmente na casa da vítima ou na rua. Compreender as razões de tal realidade prescinde a consideração histórica dessas religiões e do processo de formação do Estado brasileiro, portanto, discutir-se-á seguir, sucintamente, o processo de constituição das religiões afro-brasileiras destacando-se o Candomblé e a Umbanda desde a colonização até os dias recentes.

II. De escravos a servidores do demônio: uma consideração histórica

Os navios negreiros que desembarcaram no Brasil entre os séculos XVI e XIX durante grande parte do período colonial carregavam milhares de pessoas advindas de diferentes partes do continente africano para trabalharem como escravos. Muitas delas traziam consigo o Candomblé, religião até então desconhecida e cercada de mistérios para um território então dominado pela soberania cristã católica. Esta era imposta oficialmente pela coroa portuguesa que incluía igualmente a prática de catequização indígena (FREIRE, 1963). O processo de colonização brasileiro, segundo Gilberto Freire (1963) se pautou, principalmente na máxima: ódio ao pecado e não ao pecador. De forma que a pureza de raça cedeu espaço à pureza da fé, e a assimilação tanto de negros quanto de índios se pautou no batismo cristão e na conversão ao catolicismo.

Entretanto, devido a total incompreensão de suas origens e crenças, rapidamente o Candomblé foi estigmatizado a elementos de feitiço e bruxaria. Assim, ao longo de muitos anos suas celebrações foram por vezes recriminadas, incluindo o constante uso de violência física contra seus membros por agentes do Estado, predominando a ação coercitiva policial, que se manteve muito forte nos períodos de governo autoritário, principalmente meados das décadas de 30 e 70. Nesse período a preocupação em se constituir um Brasil moderno por meio da ação de um Estado desenvolvimentista preocupado com a construção da identidade nacional (OLIVEIRA, 1990), aliadas aos ideais cientificistas de eugenia e degeneração humana, típicos da virada do século XIX

⁷ Apenas 5% dos suspeitos são classificados como desconhecidos. Considerando a dificuldade em se levar a cabo processos judiciais contra desconhecidos, ressalta-se que esta poderia ser uma razão pelo baixo número de denúncias desse tipo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para o XX (FOUCAULT, 1999), e o processo de constituição e autonomização do campo médico no país (ARRIBAS, 2011) justificaram ações violentas da polícia contra tais manifestações religiosas.

Não obstante, sobre a constituição do Candomblé, este se estabeleceu inicialmente na Bahia, e outras religiões negras vieram a se formar em diferentes áreas do país. Carregavam consigo símbolos distintos, ritos e nomes locais derivados de tradições africanas diversas: xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul, macumba no Rio de Janeiro. (PRANDI, 1998). Porém, a formação e preservação delas por seus membros de origem negra não os salvaguardavam da vida coletiva ao lado os brancos. Foi por meio do catolicismo, contudo, que os negros podiam se encontrar e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade do branco dominador que era o responsável pela garantia da existência do negro, mesmo ainda que em condições de privação e sofrimento, em que o branco controlava sua vida completamente (PRANDI, 1998).

Logo, além da necessidade de permanente preservação da própria vida demasiadamente castigada devida a condição de séculos de escravidão, havia igualmente profundos contrastes culturais. Com a proibição das manifestações advindas do Candomblé, uma das formas de resistência e preservação de suas crenças se deu a partir do processo de sincretismo religioso. Este vem a ocorrer no interior de uma relação duplamente desigual entre duas culturas, duas religiões. O sincretismo afro-brasileiro foi uma estratégia de sobrevivência e de adaptação, de tal modo que os negros recebiam a religião católica como uma espécie de anteparo para esconder ou disfarçar, conscientemente, os seus próprios conceitos e rituais religiosos, (FERRETTI, 1998; SANCHIS, 1995; VALENTE, 1977).

Assim, ressalta-se a resistência como uma marca imanente das religiões afro-brasileiras. Destacados o conjunto de acontecimentos históricos como a libertação do país de sua condição colonial, (da qual deriva sua tradição católica), extinção da escravidão e a proclamação republicana, de maneira alguma modificaram a incessante perseguição, rejeição e discriminação ao Candomblé e posteriormente, da Umbanda, após a virada do século XX. A Umbanda foi fundada no Rio de Janeiro e resulta de um sincretismo contemplando: religiões de origem africana dos povos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Sudaneses e Banto, caboclo da Bahia, espiritismo kardecista vindo da França, além de religiões indígenas (NEGRÃO, 1996).

Tal realidade ainda permanece no cotidiano de seus adeptos, o que se observa ao decorrer do tempo é apenas a variação do perfil do sujeito agressor. Esteja ele representado por agentes do próprio Estado, como quando da histórica repressão policial, bem como por adeptos de outras religiões com destaque no presente de algumas igrejas cristãs evangélicas pentecostais em que a demonização dos grupos religiosos adversários, em especial dos afro-brasileiros, é frequente (MARIANO, 2006). Os episódios envolvendo intolerância religiosa e racismo são raramente reportados pelos grandes veículos midiáticos, e em algumas ocasiões não se tornam sequer alvo de investigações. Dessa maneira, ataques permanecem ocultados, ficando ausentes das estatísticas oficiais.

E mesmo quando as ocorrências se tornam inquiridos a partir de denúncias, não há garantias de que a investigação irá identificar os responsáveis. Destacam-se dois exemplos⁸ dessa frequente realidade: nos meses de setembro e outubro em 2017 foram registrados ataques a templos afro-brasileiros, o primeiro em uma casa de Candomblé e o segundo num terreiro de Umbanda. Ambas as ocorrências de intolerância religiosa compartilham semelhanças: além de ocorrerem no interior de São Paulo em cidades próximas localizadas a menos de 40 quilômetros de distância, Campinas e Jundiá: seus imóveis foram totalmente incendiados, com imagens de santos quebradas, estrutura do telhado em madeira destruída, resultando na inutilização das edificações que agora necessitam de completa reconstrução para voltarem a receber seus adeptos.

Os ataques se tornaram frequentes e mobilizaram ações coletivas por parte de grupos religiosos a participarem da arena política, tal qual a mobilização ocorrida no Rio de Janeiro – motivado por ataques no Estado inteiro, não apenas na capital – onde houve participação de um

⁸ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2017/10/05/cultura-da-intolerancia-terreiro-de-candomble-e-incendiado-em-jundiá/>. Acesso em: 10 out. 2017.
http://correio.rac.com.br/mobile/2017/10/campinas_e_rmc/495648-templo-de-umbanda-e-incendiado-em-campinas.html . Acesso em: 25 out. 2017.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

grupo numa Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro⁹. Nesta audiência fora entregue uma carta a Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), então presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania. Na carta havia pedidos de ações que poderiam evitar novos ataques. Dentre os pedidos estava o fim das igrejas nos presídios, já que, segundo a carta, tem se tornado comum à ação de “traficantes evangélicos” contra pais e mães de santos e seus respectivos terreiros¹⁰. Alega-se que a conversão de presidiários influi na maneira como os traficantes (des)tratam os locais de culto e o povo de santo.

Os ataques a terreiros, principalmente por meio de incêndios, cresceram não apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas também em São Paulo. Contudo, a posição defendida pelos adeptos do Candomblé e da Umbanda pode ser ilustrada na fala da yalorixá Rosana de Iansã, que teve seu terreiro em Jundiaí queimado: “Não existe nada pior do que saber que seu solo sagrado está sendo incendiado. [...] Estou triste pela falta de respeito, mas vou dizer: orixá é intocável e eu vou levantar de novo o terreiro. Ainda não sei como, mas vou”¹¹.

III. Sobre identidade e resistência cultural

As investidas dos pentecostais direcionadas principalmente ao candomblé ocorrem muitas vezes pela atual resistência do sincretismo com o catolicismo. Como dito, tal resistência é um fenômeno que é característico de um passado não muito distante, visto que, desde o período da escravidão até os momentos de sua transformação em religião universal, o candomblé adotava símbolos, práticas e crenças de origem católica. Porém, durante o processo de universalização como religião, o candomblé conheceu o que Reginaldo Prandi (2004) chama de movimento de africanização. Movimento que, segundo o autor, implica em reformas de orientação intelectual, como, por exemplo, aprendizado das línguas africanas esquecidas e recuperação da mitologia das

⁹ Disponível em: <http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/2017/10/06/grupos-de-matriz-africana-pedem-o-fim-de-igrejas-em-presidios/> Acesso em: 30 de outubro de 2017.

¹⁰ Disponível em: https://www.buzzfeed.com/tatianafarah/mae-de-santo-obrigada-a-quebrar-imagens-pede-ajuda?utm_term=.rhZMV935E#.aej31weQW Acesso em: 02 de novembro de 2017

¹¹ Disponível em: https://www.buzzfeed.com/tatianafarah/foi-assim-que-ficou-um-terreiro-de-candomble-atacado-em?utm_term=.liAxGD7J5#.oqDgJVAj7 Acesso em: 02 de novembro de 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

divindades africanas, que se perderam ao longo do processo de sincretismo com o catolicismo no decorrer de três séculos no Brasil, e também a retomada de cerimoniais africanos.

O objetivo principal era retomar as raízes africanas com o intuito de recuperar um patrimônio que, com as mudanças sociais que ocorrem no Brasil (desde o desembarque do Candomblé até os anos 60 e 70, período em que houve uma busca por uma nova estética por parte da classe intelectual do Rio de Janeiro e São Paulo voltada para a cultura baiana e suas produções artística e cultural), se tornou motivo de orgulho, reconhecimento e sabedoria, significando uma luta religiosa para superar a ignorância e o preconceito, sendo aderido até por praticantes da umbanda¹² como aponta Prandi:

Durante os anos 1960, algo surpreendente começou a acontecer. Com a larga migração do Nordeste em busca das grandes cidades industrializadas no Sudeste, o candomblé começou a penetrar o bem estabelecido território da umbanda, e velhos umbandistas começaram a iniciar-se no candomblé, muitos deles abandonando os ritos da umbanda para se estabelecer como pais e mães-de-santo das modalidades mais tradicionais de culto aos orixás (PRANDI, 1999, p. 101).

Como apontado anteriormente, de acordo com Prandi (2004), o elemento mais importante para o movimento de africanização do candomblé e sua constituição como uma religião que apresenta autonomia ao se inserir no mercado religioso é o processo de dessincretização (resistência e rejeição ao sincretismo com o catolicismo). É a descatalização do candomblé, ou seja, a descentralização por parte do candomblé em relação ao catolicismo, ao se assumir religião autônoma, desse modo:

Esse processo de africanização, evidentemente, é muito desigual e depende das diferentes situações com que se depara aqui e ali. Podemos, contudo, afirmar com segurança que o candomblé que mais se espalha pelo Brasil, o que mais cresce, é esse que vai cada vez mais deixando de lado as ligações com o catolicismo. (PRANDI, 2004, p. 228)

¹² Religião que também apresenta raízes africanas mas não será tratada aqui por motivos de adesão a processos de embranquecimento.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

É permitido a um adepto do candomblé, frequentar missas e outros ritos da igreja católica, caso queira. Porém, essa participação já não será algo obrigatório que antigamente permeava as práticas de membros mais velhos dessa religião; ou seja, o rito católico deixa de ser um dever ritual. Não é mais preciso para o adepto mostrar-se inclinado ao catolicismo como um pretexto para poder louvar as divindades do candomblé. Assim, a questão da resistência e da reafirmação da cultura negra na religião se remete diretamente aos movimentos de dessincretização e africanização do candomblé, descritos por Prandi como:

Africanizar significa também a intelectualização, o acesso a uma literatura sagrada contendo os poemas oraculares de Ifá, a reorganização do culto conforme modelos ou com elementos trazidos da África contemporânea (processo em que o culto dos caboclos é talvez o ponto mais vulnerável, mais conflituoso); implica o aparecimento do sacerdote na sociedade metropolitana como alguém capaz de superar uma identidade com o baiano pobre, ignorante e preconceituosamente discriminado (PRANDI, 1999, p. 106).

A importância do candomblé nesse aspecto vai muito além de levar ao adepto a busca pela salvação ou garantias de prosperidade, ela reforça a retomada das raízes culturais africanas, uma vez que o cristianismo historicamente teve um papel de ferramenta de europeização ou simplesmente de aculturação do nativo indígena e do escravo negro. Com esses movimentos citados, o candomblé consegue se desvencilhar das amarras do catolicismo e iniciar um processo de retomada e valorização da identidade cultural africana. Mas o que seria essa identidade? Essa questão que permeia o artigo: *As várias peles que encarnamos: a questão da identidade cultural* de Erik Borda (2015), e é respondida por ele, nos termos de Stuart Hall.

Sucintamente, o autor caracteriza a identidade como construção resultante de uma “sutura”, uma vez que ela não é constituída de um elemento isolado, não existindo “por si só”, pois apresenta as marcas da diferença e se molda na contraposição de conceitos e marcadores. Tal diferença ocorre por meio de “símbolos”, que podem ser construídos tanto por objetos, quanto por vários elementos simbólicos presentes na sociedade, na cultura. A ideia de “sutura”, utilizada pelo autor, é definida nos termos de Stuart Hall, ao tratar a questão da identidade enquanto confluência entre discursos e práticas com as subjetividades individuais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Uso “identidade” para me referir ao ponto de encontro, o ponto de sutura entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam “nos interpelar”, falar-nos ou nos colocar em nosso lugar como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos suscetíveis de “se dizer”. De tal modo, as identidades são pontos de adesão temporária às posições subjetivas que nos constroem as práticas discursivas. São o resultado de uma articulação ou “encadeamento” exitoso do sujeito no fluxo do discurso... (HALL, 2011, p. 20).

Nesses termos, o conceito de identidade utilizado por Borda (2015) tem o significado de identificação. Assim, o sujeito não deve apenas ser caracterizado pelas suas marcações, mas tem de se identificar e agir de acordo com elas, ou seja, é preciso “encarnar a pele”, se identificando e agindo de acordo com os “símbolos” presentes na cultura como característicos da identidade professada. O Brasil, em sua formação cultural, se mostra completamente diferente da ideia dos Estados Nacionais, caracterizado pela existência de um só povo e uma só cultura ao longo de um território. Sua população é marcada pela miscigenação, ou seja, em um mesmo território, convivem vários povos de diferentes descendências e distintos traços culturais, resultando em um grande leque de identidades.

A experiência da escravidão, e até mesmo o período que seguiu posterior a ela foram responsáveis pela marginalização do negro na sociedade. Grupos hegemônicos brancos da época posicionaram os grupos negros à margem da estrutura social a partir do processo de diferenciação cultural baseado em ideais racistas e preconceituosas, principalmente no seu processo de inserção ao mercado (FERNANDES, 2008). A visão europeia dos negros ao longo do colonialismo e neocolonialismo reforça bem a presença do racismo e do preconceito baseado em teorias científicas equivocadas, como exposto por Leila Hernandez:

Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de raça negra. Assim sendo, o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas tais como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo”. (HERNANDEZ, 2005, p.18)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tais ideais existentes na sociedade brasileira até os dias de hoje, padrões hegemônicos nos processos de diferenciação continuam a diminuir de forma ignorante e preconceituosa os aspectos culturais advindos das raízes africanas, sendo um dos alvos mais comuns: a religião. A diferença é importante para a construção da identidade, e mais ainda para combater uma desigualdade que tem o poder de apagar todo um riquíssimo passado histórico. Porém, quando essa diferença é utilizada para hipervalorizar uma cultura como hegemônica, estipulando uma hierarquia, em que grupos culturais são subjugados, e tem sua cultura desvalorizada e marginalizada, é preciso enfrentamento e reafirmação. Stuart Hall, em sua obra *New Ethnicities* (1996), busca caracterizar e identificar as mudanças que vinham ocorrendo na política cultural negra na Grã Bretanha, tal mudança segundo ele não é definitiva e ocorreu em duas fases. A primeira:

...was grounded in a particular political and cultural analysis. Politically, this is the moment when the term “black” was coined as a way of referencing the common experience of racism and marginalization in Britain and came to provide the organizing category of a new politics of resistance... Culturally, this analysis formulated itself in terms of critique of the way blacks were positioned as the unspoken and invisible “other”... (HALL, 1996, p.441)¹³

A segunda fase é, por sua vez, caracterizada como: uma mudança de luta sobre relações de representação para uma política de representação (HALL, 1996). Ambas as fases apresentam desafios a serem combatidos pelo movimento negro, buscando organizar novas políticas de resistência entre esses grupos de diferentes identidades étnicas contra os grupos “hegemônicos” e, além disso, combater o discurso estético e cultural branco que posicionava o negro na sociedade como o “outro” tácito, um sujeito invisível. Para o autor, nessa luta caracterizada pela contestação da marginalidade, da construção de estereótipos e da fetichização da imagem do negro, o principal grupo integrante da resistência seriam os atuantes na música, na dança, no cinema e na literatura.

¹³ “... foi fundamentada em uma análise particular política e cultural. Politicamente, este é o momento em que o termo “preto” foi inventado como uma maneira de referenciar a experiência comum de racismo e marginalização na Grã-Bretanha e veio a fornecer a categoria organizadora de uma nova política de resistência ... Culturalmente, essa análise se formulou em termos de crítica do modo como os negros estavam posicionados como o “outro” não falado e invisível ...” (Tradução dos autores).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tais produções culturais ao se manterem resistentes à europeização e consequente ao embranquecimento, reafirmam as origens africanas, e se consolidam como representações da identidade cultural, reavivando o orgulho e o valor, que o racismo tenta oprimir. O candomblé por ter como aspectos estruturantes das práticas os rituais, as danças, os tambores, os ritmos, o uso da língua africana e divindades integrantes da cultura afro, se enquadra nesse grupo de resistência pelo fato de seus ritos e crenças serem carregados de representações que reavivam e reafirmam a identidade afro.

IV. Conclusão

O fenômeno da resistência cultural da população negra adepta das religiões afro-brasileiras é passível de ser observado em distintos momentos históricos da formação do Estado brasileiro. Inicialmente com o desembarque por meio do tráfico escravista, tal resistência ocorreu através do forçoso processo de sincretização com o catolicismo haja vista que as religiões dos orixás aqui eram enxergadas como feitiçaria e bruxaria. Ademais, o convívio em sociedade com os brancos obrigava-os a incorporar elementos da religião advinda de Roma como própria estratégia de sobrevivência e adaptação, como apresenta Sérgio Ferreti (1998). Tal estratégia foi adotada principalmente pela Umbanda, religião genuinamente brasileira, desde os anos de seu surgimento, no início do século XX.

Por sua vez, na segunda metade deste mesmo século, a resistência cultural é evidenciada por meio do processo de africanização sofrido especificamente pelo Candomblé. Esse processo marca o afastamento das práticas católicas e de seu caráter “aculturador”, embranquecedor e centralizador, retomando práticas culturais, rituais, divindades e língua africana; valorizando a identidade cultural. Desse modo, o conceito de identidade de Stuart Hall, presente no artigo de Erik Borda, norteia o panorama de luta entre a identidade cultural étnica negra contra a hegemonia cultural branca europeia.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ao “encarnar a pele”, as religiões afro-brasileiras agem como notória fonte de representação da identidade cultural africana ao longo de sua história no Brasil. Entretanto, mesmo diante de tal panorama, casos de intolerância religiosa edificados em preconceitos raciais crescem de modo exponencial de acordo com os dados fornecidos pelo MDH e as reportagens previamente exibidas neste artigo. Em suma, frente a essa realidade, a religiosidade vivida no candomblé e na umbanda continua resistindo por meio de palavras e ações como as da yalorixá Rosana Iansã sobre o incêndio em seu terreiro: “[...]Orixá é intocável e eu vou levantar de novo o terreiro”.

V. Referências

ARRIBAS, Célia. **Espiritismo: entre crime e religião**. In: MNEME – Revista de Humanidades, v. 11, n. 29, 2011.

BORDA, Erik. W. B. **As várias peles que encarnamos: a questão da identidade cultural**. In: Café com sociologia, Vol.4, Nº1. abr. 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Sincretismo Afro-brasileiro e Resistência Cultural**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. Ano 4, n.N. 8, p. 182-198, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Gilberto. **Casa e Grande e Senzala**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

HALL, Stuart. **¿Quién necesita “identidad”?**. In: Cuestiones de identidad cultural. Buenos Aires: Amorrortu, 2011 [1996].

_____. **New Ethnicities**. In: David Morley and Chen Kuang-Hising Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies, NY and London. 1996.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea** – São Paulo: Selo Negro, 2005.

MARIANO, Ricardo. **A demonização pentecostal dos cultos afro-brasileiros**. In: VIII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, 2006, São Luís, Maranhão. *Religião, Raça e Identidade - Colóquio Centenário da Morte de Nina Rodrigues*, 2006.

_____. **Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. *Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 11, p. 238-258, 2011.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Umbanda: Entre A Cruz e A Encruzilhada**. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, n.1-2, p. 113-122, 1994

_____. **Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão nacional na 1ª República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso**. In: *Estudos avançados* v. 18, n. 52. São Paulo, USP, 2004.

_____. **Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização**. In CAROSO, C. & BACELAR, J. (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira*, Rio de Janeiro, Salvador, Pallas/CNPq, 1998.

_____. **As religiões afro-brasileiras no Censo 2010**. In: TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (Orgs.). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SANCHIS, Pierre. **As tramas sincréticas da história**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, p. 123-138, 1995.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SILVA, Clemildo A.; RIBEIRO, Mario B. **Intolerância religiosa e direitos humanos**. Porto Alegre, Editora Sulina, Editora Universitária Metodista, 2007.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**, Conferência Geral. 28ª reunião. Paris, 16 de novembro de 1995.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1977.